



**ENCONTRO UT DE JUVENTUDE
MERCOCIUDADES
06 E 07 DE MAIO DE 2015 - BRASÍLIA**

CONVOCATÓRIA

“ENCONTRO: JUVENTUDES - SEUS DIREITOS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA O PRÓXIMO PERÍODO”

A Unidade Temática de Juventudes tem como objetivo geral contribuir com o desenvolvimento das políticas locais de juventude nas cidades do MERCOSUL, promovendo a participação dos/as jovens em sua formulação e execução mediante o fortalecimento dos processos de descentralização e integração regional.

Como objetivos específicos se propõem: refletir a respeito dos avanços e dificuldades nos processos de descentralização e integração regional; potencializar a rede existente de organismos locais de juventude com a finalidade de fomentar o intercâmbio de experiências em políticas de juventude e participação juvenil; comparar mecanismos de funcionamento das secretarias (ou coordenadorias/órgãos) de juventude com o objetivo de integrá-las, via Unidade Temática de Juventudes, ao desenvolvimento da rede Mercocidades; incorporar a perspectiva juvenil ao debate das diferentes Unidades Temáticas da Rede.

O objetivo deste encontro - a ocorrer em Brasília nos dias 06 e 07 de maio de 2015 - é trocar experiências de gestão no que diz respeito aos direitos da juventude, bem como discutir desafios e perspectivas para o próximo período.

A ideia é que, nas mesas, a partir de falas introdutórias, cada cidade apresente sua experiência de política no que se refere à temática da mesa.

* * * * *

Esse encontro foi organizado pela Coordenação de Juventude da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo (SMDHC), pela Secretaria Municipal de

Apoio:



Realização:





Relações Internacionais e Federativas de São Paulo, em parceria com a Secretaria Nacional da Juventude (SNJ).

Participantes:

1. Ivana Coronel, **Diretora de Juventude de Pergamino** (Província de Buenos Aires)
2. Jordana Pereira Dias, **Coordenadora-Adjunta de Juventude da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo** (SMDHC)
3. Kelly Agopyan, Assessora Internacional da **Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo** (SMDHC)
4. Reinaldo Calazans, **Diretor de Juventude da Cidade de Mauá** (Região Metropolitana de São Paulo)
5. Thais Grandez Paim de Andrade, **Assessora da Prefeitura de São Luiz do Maranhão**
6. Observador/Sociedade Civil: **Mossoró**

Apoio:



Realização:



RELATORIA DO ENCONTRO

Por Kelly Komatsu Agopyan (SMDHC)

Mesa I: OS MARCOS LEGAIS DOS DIREITOS DA JUVENTUDE

Fala da convidada Carla Bezerra (Secretaria Nacional da Juventude do Brasil)

PONTOS RELEVANTES NA CRONOLOGIA DA POLÍTICA PARA JUVENTUDE NO BRASIL

- Política Nacional da Juventude no Brasil é muito recente, teve início apenas em 2004.
- De 2005 a 2011 a Secretaria executava basicamente o “PROJOVEM”, que tinha o objetivo de elevar a escolaridade de jovens entre 18 e 29 anos, oferecendo qualificação profissional e o desenvolvimento de ações comunitárias com exercício da cidadania.
- Inovação da questão da participação na 1ª Conferência Nacional de Juventude em 2008 → Início das *conferências livres* (etapas pré-conferências oficiais) podem ser organizadas por qualquer entidade de Sociedade Civil.
- A 2ª Conferência contou com a participação de 500 mil jovens.
- Mobilização pelo Projeto de Emenda Constitucional (PEC) para incluir a Juventude como sujeitos de direitos, que foi aprovada em 2010.
- O PROJOVEM passa a ser executado pelo MEC e o foco da SNJ agora é o Programa Juventude Viva (a SNJ entra na pauta da segurança pública, e sai da ideia de que políticas para juventude são relacionadas apenas à educação). Constata-se alta taxa

Apoio:



Realização:





de homicídios de jovens nos 142 maiores municípios brasileiros, principalmente nas periferias urbanas.

- Diversificação das agendas da SNJ → incidência sobre vários Ministérios (executando programas em parceria) Cultura, Educação, Trabalho, Justiça e Direitos Humanos, principalmente.
- Desenvolvimento de uma Plataforma Digital para a 3ª Conferência Nacional que ocorrerá esse ano (2015).

DADOS DIVULGADOS (BRASIL)

- 51.3 milhões de jovens no Brasil – 27% da população
- 53% se declaram negros e pardos – afirmação e identidade racial.
- 30% do eleitorado (41.5 milhões)
- 85% vivem nas cidades (juventude urbana) – 8 milhões no campo.
- Articulação para dentro do Governo (institucional) – 400 municípios (de um total de 5 mil) já tem algum órgão de juventude.
- Fonte: IBGE (2014)

OUTRAS DISCUSSÕES

- A SNJ busca promover a interlocução com os movimentos sociais e a sociedade civil na ampliação do diálogo governamental com outros atores relevantes na temática da juventude.

Apoio:



Realização:





- **Conselho de Juventude**¹: formular políticas públicas nacionais de Juventude –o conselho é composto por 70% da sociedade civil.
- Estatuto da Juventude: luta de 9 anos (início em 2004) até ser aprovado
- Maior polêmica: inclusão dos(as) jovens de baixa renda nos benefícios (protesto de movimentos estudantis e de organizações culturais).
- Sistema Nacional de Juventude: criação do Fundo Nacional da Juventude (foi vetado o Fundo mas aprovado só o Sistema) – quais serão então os mecanismos de financiamento dos municípios para implementas as políticas de juventude?
- Afirmação dos(as) jovens como sujeitos de direitos e importância da multidimensionalidade de direitos.
- Estabelecimento da faixa etária de 15 a 29 anos.
- Proposta: Direito à meia-entrada cultural a jovens de baixa renda (famílias até 2 salários mínimos) -
- 39 milhões de jovens de baixa renda e estudantes (que podem ser estudantes e de baixa renda): 28 milhões de estudantes e 18 milhões de baixa renda.
- “Identidade Jovem”: acesso à cultura e transporte aos jovens de baixa renda (por meio do CadÚnico²).

¹ <http://juventude.gov.br/conjuve#.VVimVvIViko>

² O Cadastro Único para Programas Sociais é um instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda, entendidas como aquelas com renda igual ou inferior a meio salário mínimo por pessoa (per capita) ou renda familiar mensal de até três salários mínimos. Suas informações podem ser utilizadas pelos governos federal, estaduais e municipais para obter diagnóstico socioeconômico das famílias cadastradas, para desta forma, possibilitar a análise das suas principais necessidades. (Fonte: Governo Federal, 2015)



Apoio:



Realização:

DIREITOS HUMANOS
E CIDADANIA



- 3ª Conferência Nacional em 2015: discussões serão estruturadas nos 11 eixos do Estatuto³ – espera-se que os insumos da Conferência atualizem o Plano (que está em andamento desde 2004 e está defasado).

Intervenção da Jordana (SMDHC – São Paulo)

- Manifestações no Brasil em Junho de 2013:
 - Paradigma quebrado de que juventude é politicamente apática: Juventude mostra que quer ser ativa mas não nas instâncias tradicionais de participação.
 - Juventude mostra nova forma de organização e demanda mobilidade, lazer e o bem viver a cidade.
 - Início dos “rolezinhos” (organização dos jovens que ocupam os shopping centers).
 - Criação dos “fluxos” como espaço de lazer para esses jovens.
 - Passe livre – demanda dos(as) jovens estudantes de baixa renda.
 - Direito à cidade, direito à mobilidade, expressão sexual – como garantir que esses direitos sejam efetivamente garantidos?
- Conferência Nacional da Juventude – etapa municipal: 2 mil jovens discutem políticas para Juventude.
- Estatuto da Juventude: disputa para que jovens sejam considerados sujeitos de direitos.

³ Estatuto da Juventude: <http://juventude.gov.br/estatuto#.VYisLPIViko>



Apoio:



Realização:

Intervenção da Ivana (Pergamino)

NA ARGENTINA

- Na Argentina existem conferências mas não estão tão organizadas como no Brasil.
- Não tem na Argentina nenhum nível de ordenamento como o Estatuto brasileiro da Juventude.
- Na semana anterior aconteceu uma reunião com os(as) representantes de municípios da província de Buenos Aires (das Unidades de Juventude), mas o encontro não acontecia há algum tempo.
- A questão do “Jovem como sujeitos de direitos” é ainda uma discussão muito difusa nos tratados internacionais
- Acredita que o Estatuto ordena muitas questões e considera isso muito importante.
- Na Argentina, a questão do passe livre é uma questão histórica dos estudantes – desde 1918 com a ocasião da reforma universitária. A reforma mudou a questão do acesso à educação: aumentou o acesso à universidade de filhos(as) de trabalhadores(as) (não mais apenas para a elite) e muda também a questão religiosa já que a partir daí a universidade se torna laica
- Durante a ditadura militar muitos(as) jovens estudantes perderam a vida na “Noite dos Lapis” → episódio em que estudantes secundários foram sequestrados por reivindicarem o “médio boleto” (passe livre).
- Essa luta continua presente tanto nos níveis secundários e universitários.

EM PERGAMINO

- Em 2013, ocorreram manifestações pelo boleto gratuito a estudantes secundários. O boleto gratuito foi criado.
- O Centro de Estudantes agora também luta para o meio boleto para jovens que moram no meio rural para que possam ir até as universidades.
- Dos 110 mil habitantes, 30% são jovens (majoritariamente mulheres).
- Acesso à cultura: desenvolvimento cultural é muito fomentado pelos(as) jovens por meio de festivais, grafites, música, hip hop, realizados no espaço público.
- Contudo, a população da cidade ainda é muito conservadora inclusive na questão cultural: os espaços tradicionais culturais têm pouco acesso aos jovens que desejam realizar expressões alternativas.
- Em 2014, recuperaram um teatro antigo e realizaram uma mostra coletiva com grupos juvenis e artísticos sobre meio ambiente e produção do lixo. Criação de arte por meio da reutilização de materiais jogados no lixo (“*arte basura*”).
- Pedido que tivesse um montante destinado aos jovens no Fundo de Promoção Cultural de Pergamino.
- 2013 e 2014: Cátedra Livre de Políticas Públicas de Juventude realizado na Universidade Nacional para apresentar projeto para discutir políticas públicas de juventude.
- Importância de discutir a questão do jovem no marco do Direito (Constituição e Tratados Internacionais) – como reconhecer o jovem como sujeito de direito.

Intervenção do Reinaldo (Mauá)



Apoio:



Realização:



- A cidade considerada “dormitório” de São Paulo (que as pessoas moram mas vão trabalhar em São Paulo) tem 400 mil habitantes, sendo 35% de jovens.
- Seu Conselho de Juventude está no seu 2º mandato.
- Manifestações de junho 2013 também ocorreram lá, inclusive os rolezinhos.
- Briga atual com o Shopping Center da Cidade: ação no Ministério Público que impede o(a) jovem desacompanhado(a) (que seja menor de 14 anos) de acessar o shopping sozinho. A ideia é realizar audiência pública para debater isso. O shopping está tentando usar a seu favor a base legal do Estatuto da Criança e do Adolescente de que jovens não seriam responsáveis pelos seus próprios atos.
- Não há alternativas de lazer para o(a) jovem – proposta de levar pontos de cultura para a cidade.
- Não existem áreas livres para criação de pontos de lazer.
- Em 2012, havia de 40 a 60 pontos de bailes Funk em Mauá. Contudo, ocorreu disputa de espaço da juventude com a polícia. Hoje praticamente não existem mais bailes funk na rua e há uma reivindicação da juventude de onde fazer seus encontros.
- Meia-entrada: há um Conselho em parceria com Secretaria de Desenvolvimento Econômico da Cidade que gerem o Programa Vai Cultura. O Conselho chama empresas e incentiva as empresas a aderirem o programa para que a sociedade tenha acesso à cultura além de fomentar grupos de hip hop, teatro, dança.
- Passe escolar: é livre para estudantes da rede pública estadual e universitária (escolas privadas também estão inclusas) - critério: jovem tem que morar a mais de 2 km na escola – 16 mil estudantes já têm acesso a esse benefício.
- Ideia de construir um Mapa da Juventude.



Apoio:



Realização:



Intervenção de Mossoró

- Cidade é a 2ª maior do estado brasileiro do Rio Grande do Norte. Tem aproximadamente 220 mil habitantes.
- Lá há muitas praças e possibilidade de ocupação de espaços públicos – existe inclusive um corredor cultural.
- Natal não tem muitas opções de lazer para os jovens.
- Manifestações de junho de 2013: Natal foi pioneira nos protestos.

Ponto de divergência das realidades

- Na Argentina: “o(a) jovem se sente de fato como jovem”.
- No Brasil não há esse elemento de “sentir-se” jovem. Ex: Mulher se sente mulher, o jovem negro se sente negro, mas o jovem não se sente jovem de forma absoluta.
- Discussão de que existem “JuventudeS” (no plural, e não uma juventude homogênea).

Apoio:



Realização:



CONCLUSÕES DESSA MESA:

1. Jovem deve ser visto(a) como sujeito de direito completo (todos os direitos). Devemos abordar as políticas de juventude de maneira integral e transversal para que se leve em consideração todas as áreas: educação, saúde, lazer, mobilidade, trabalho, cultura etc.
2. Importante criar instrumentos/ferramentas para pressionar o processo de construção de políticas para juventude também nas realidades nacionais. A Cidade é um espaço estratégico para a disputa de garantia de direitos do jovem a nível nacional.
3. Incentivar a concepção de IDENTIDADE ÚNICA JOVEM mas que depois jovens também possam se identificar e se desenvolver em um espaço de diversidades (no Brasil o caminho é oposto: partimos da diversidade ao invés de partir do geral que todos/as são jovens).

Mesa II: POLÍTICAS DE DIREITO À CIDADE E OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO

Apresentação da política de promoção do Direito à Cidade implementada na Cidade de São Paulo.

- Destaques:
 - Criação da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania em São Paulo em 2013;
 - Criação da Coordenação de Direito à Cidade, 2013;
 - Plano Diretor Estratégico da Cidade de São Paulo – construído participativamente
 - Plano de ocupação do espaço público pela cidadania;
 - Projetos de resignificação do espaço público;
 - Conceito de direito à cidade (não apenas direito NA cidade) como direito de estar e criar a cidade;
 - Novas formas de participação;
 - Festival de Direitos Humanos

Intervenção de Pergamino

- Estrutura bem menor que a de SP, mas a questão do mau uso dos espaços públicos também está em debate na Argentina.

Apoio:



Realização:





- Não há circulação de pessoas pelas praças, o que desencadeou atividades de prostituição nesses espaços.
- Parceria com uma ONG LGBT: desenvolvimento de festivais que duraram dois meses na praça (cinema aberto, apresentações de música, teatro ao ar livre) para ocupar a praça e discutir o problema da prostituição.
- Ivana acha importante esse processo de apropriação dos espaços públicos e enfatiza que isso requer tempo, políticas de conscientização e transformações culturais.
- Espaço público como espaço de encontro.
- Em Pergamino, foi feito investimento na melhoria das praças, instalação de “Centros de Salud”.
- Há wifi nas praças centrais da cidade.
- Há projeto de melhoria das praças em parceria com a Universidade Nacional.
- Os(as) jovens são pioneiros de iniciativas de ocupação dos espaços públicos e essa apropriação é realizada pensando no cuidado com o espaço público (consciência de que o espaço é de todos/as).
- Em Pergamino foi feita a reutilização de galpões localizados próximo às linhas de trem para desenvolvimento de atividades de cultura e de manifestação artística dos(as) jovens.
- Rosário também possui políticas de juventude muito desenvolvidas e criou um Plano Estratégico para cidade há 20 anos → é considerado um modelo para Pergamino.





Intervenção de Mauá

- O lazer dos jovens é freqüentar shoppings ou pistas de skate.
- Plano de lançar o Parque da Juventude até o fim de 2015.
- Jovem tem direito de fazer “pancadão” (festa de música funk), rolezinho... Se não é preciso ter alternativas para isso.
- As praças com *wifi* são um bom atrativo para jovens.
- Em Mauá a discussão da ocupação não é feita por conta de divergências entre coletivos dos jovens.
- Acredita ser importante garantir a disponibilidade de espaço, mas também fomentar ações nesse espaço para o(a) jovem.
- Também é importante garantir que a política desenvolvida no centro chegue à periferia.
- A Política de Juventude lá ainda tem que fazer muita disputa de valores na Cidade.

Intervenção da SMDHC (São Paulo)

- É necessário fazer uma disputa de valores que não perpassse o consumo e a religião – para que nas periferias os espaços de encontro não sejam apenas os shoppings e as Igrejas.
- Ainda é forte a questão do racismo no Brasil.

Apoio:



Realização:





- Há governos paralelos nas periferias (toque de recolher).



Apoio:



Realização:



CONCLUSÕES DESSA MESA

- 1.** Juventude é pioneira da ocupação do espaço público – essa ocupação vista também como meio de participação política.
- 2.** É necessário garantir os meios de ocupação e fomentar atividades para juventude nesses espaços.
- 3.** Direito à cidade deve ser visto como direito à transformação dos espaços e garantia de formas de manifestação cultural e política.

Apoio:



Realização:



Reunião de Trabalho I: INFORMES DA REUNIÃO ESPECIALIZADA DE JUVENTUDE DO MERCOSUL (REJ).

AGENDA/DISSCUSSÕES DA REJ

1. Mobilidade Juvenil e Voluntariado
 - Intercâmbios acadêmicos, mas não só entre jovens dos países do Bloco.
2. Proposta de criação de um Observatório da Juventude em Brasília que produza conhecimento e estudo sobre a juventude do MERCOSUL.
3. Participação Social

PARTICIPANTES

- **Instituto Nacional de Juventude e Desenvolvimento Social do Uruguai**
 - Enfatizou que há um Fórum Consultivo do MERCOSUL em que cidades podem participar.
 - Sabe que os Governos Nacionais têm dificuldade em reconhecer a importância do papel dos governos locais.
 - Sabe que Mercocidades tem importante incidência no âmbito regional.
- **Vice-Ministro para Juventude da Venezuela.**
- **Departamento de Relações Internacionais da Secretaria Nacional da Juventude do Paraguai.**
- **Representante da Subsecretaria Geral do Governo da Argentina.**



FALA DE ENCERRAMENTO DE GABRIEL MEDINA

- SNJ acredita na importância da agenda urbana já que grande parte da juventude no Brasil é urbana.
- Acredita ser fundamental integrar as agendas do MERCOSUL com a de Mercocidades pois a materialidade da vida se dá nas cidades.
- É preciso fazer planos de trabalho práticos e objetivos, que sejam colocados no cotidiano de nossas ações e se materializem de fato.
- Em julho de 2015 haverá a Cúpula do MERCOSUL no Brasil.

Apoio:



Realização:



Mesa IV: DIREITOS DOS(AS) JOVENS E MEDIDA SÓCIO-EDUCATIVA – CAMPANHA PELA NÃO-REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL

FALA DO CONVIDADO GABRIEL MEDINA, SECRETÁRIO NACIONAL DE JUVENTUDE (BRASIL)

- Atual Congresso Brasileiro apresenta uma agenda bem conservadora que tenta imprimir derrotas ao projeto político do Governo.
- O tema da Segurança Pública é um dos mais sensíveis que temos no país e que ainda provoca uma reação conservadora.
- Essa reação conservadora ainda remonta o período da Ditadura Civil-Militar no Brasil e pelo fato de a população não se sentir representada pela Constituição de 1988.
- A criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) foi um marco no rompimento do Código do Menor, que apresentava políticas repressivas. É também necessário mostrar que o ECA tem medidas punitivas (diferente do que muitos argumentam).
- Atualmente o debate da redução da maioridade penal está sendo analisada por uma Comissão Especial no Congresso, na qual 21 deputados, de um total de 24 são a favor da medida.
- Em um mês o debate deve ir para o Plenário e acredita ser possível barrar a proposta no Senado ou ainda no Supremo Tribunal Federal, que pode entender a proposta como uma quebra de uma clausula pétrea da Constituição.
- Há também uma Comissão que propõe acabar com o Estatuto do Desarmamento.



- A proposta de se criar um espaço separado para adolescentes nos presídios já foi aprovada.
- Aumento do tempo de internação (além dos 3 anos da atualidade) pode ser uma alternativa à redução da maioridade penal.
- Nos últimos 20 anos percorremos uma trajetória de ampliação dos direitos da juventude, mas não foi o suficiente para dar todas as condições necessárias.
- A juventude É VÍTIMA da violência e não autora – é a juventude que morre com a violência.
- Importante também comentar a precária situação carcerária e que o nosso modelo penitenciário está falido.
- Foi criado um Grupo de Trabalho no Governo Federal com a participação de vários ministérios para articular a Campanha Nacional “Amanhecer contra a Redução” (inspirado no movimento uruguaio “*No a la Baja*”). Uma Plenária definiu o dia 23 de maio como Dia Nacional de Luta.
- **Nessa campanha seria interessante ter a solidariedade internacional e o apoio de outras cidades.**
- Inclusive juristas que transcendem a esquerda – também são contra a redução da maioridade penal no Brasil.
- É necessário discutir o modelo de segurança pública:
 - A taxa de elucidação de homicídios é de apenas 5% no Brasil (enquanto que nos EUA é mais de 60%). Não há investigação, não há inteligência policial no Brasil.





- A questão da redução da maioria penal não é só discussão de direitos, mas de segurança pública.
- A maioria dos(as) jovens que comete ato infracional tinha abandonado os estudos.
- Sobre o encontro: Ficou entusiasmado com a conexão de MERCOCIUDADES com a Reunião Especializada de Juventude (REJ) e acredita ser importante criar sinergias entre ambas.
- É importante integrar agendas nacionais com as municipais já que dá mais sentido às políticas de juventude no MERCOSUL.

Intervenção de Pergamino

- Últimas duas décadas em países em como Paraguai, Uruguai e Nicarágua desenvolveram sistemas de responsabilização juvenil a partir dos 12 anos de idade. No Chile é desde os 14 anos.
- A média da América do Sul de permanência de jovens em sistemas de responsabilização é de 3 a 5 anos.
- Essas medidas punitivas precisam de um conteúdo de ressocialização dos jovens.
- Medidas de privação total de liberdade se aplicam de forma excepcional quando jovens cometem delito grave.
- Há uma questão fundamental: a responsabilidade pelo delito e a imputabilidade não é a mesma coisa do ponto de vista dos direitos.
- Na Argentina e Bolívia – são inimputáveis os menores de 16 (e não 18 como é no Brasil).



Apoio:



Realização:



- Do ponto de vista legal os sistemas deveriam estar inspirados na Convenção dos Direitos das Crianças e Adolescentes da ONU e se adequar a um padrão internacional.
- Deve-se promover alternativas às medidas que não privem a liberdade. Ex: orientação, liberdade assistida, prestação de serviços sociais, etc.
- Na Argentina:
 - O regime penal para menores data desde a ditadura (ou seja, está em vigor há 5 décadas) apesar da Convenção Internacional, em tese, ter peso constitucional. O regime já sentenciou, inclusive, prisão perpétua para um menor de 18 anos.
 - O debate no país sobre a questão da redução da maioridade penal não está tão intenso agora, mas antes isso estava muito em pauta. Em 2010, foi introduzido projeto de um regime penal juvenil que fixava a idade de imputabilidade de 16 para 14.
 - Alta porcentagem da população aderiu a ideia de redução da maioridade penal devido a atual insegurança que existe na Argentina e aos altos níveis de assassinatos.
- Em Pergamino, a população criticou manifestações de grupos juvenis contra a redução.
- Jovens são vítimas: culpar os jovens parece a única via de resolver o problema de segurança, mas isso não considera que a situação final de violência tem questões muito mais complexas envolvidas (o narcotráfico, por exemplo).



- **Violência institucional:** se realizaram muitas campanhas contra a violência institucional na Argentina e em Pergamino (contra o “Gatilho fácil”)
- Dados do Ministério Público Tutelar da Cidade de Buenos Aires:
 1. 2012: **1049** crianças e adolescentes estavam morando em albergues – 60% destes foram medicados (com medicamentos de categoria psiquiátrica) sem nenhum tipo de regulação.
- Em nível nacional:
 2. 2007: **6.299** jovens menores de 18 anos se encontravam em dispositivos juvenis por ordem judicial – destes, 1.529 estavam privados da liberdade e em institutos fechados (o que é proibido) e 270 em institutos semi-fechados.
- É necessário focar o debate sobre as questões que levam o menor a cometer o delito: nenhum jovem nasce ladrão/mau (“*Ningún pibe nace chorro*”). É a situação socio-econômica que os faz definir, não existe opção de uma vida melhor, um horizonte de que sua vida possa ir por outro caminho.
- **Jovem não é o problema: os problemas são o estado ausente, narcotráfico, falta de vontade política.**
- Há mais de um milhão de jovens que não estudam e nem trabalham (“ni-ni”) o que cria uma visão estigmatizada dos(as) jovens: é mais fácil apontar o problema da segurança nos(as) jovens, focalizar o problema neles.
- É necessário ter iniciativas que coloquem na mesa de discussão todos os elementos que existem da questão. É necessária uma assessoria de juristas.
- Hoje em dia essa questão não está no debate nacional central, mas pode voltar a qualquer hora.



- Nós como sujeitos políticos devemos estar à frente do problema, não esperar o problema chegar.
- Na volta da democracia na Argentina as pessoas não sabiam qual era o destino a se tomar e foi a vontade política que indicou qual seria o caminho.

Intervenção da SMDHC (São Paulo)

- Nosso Congresso Nacional é conservador e a ala da direita barra os projetos da esquerda, em geral mais progressistas.
- A opinião pública também é conservadora.
- É preciso desenvolver a garantia de direitos dos(as) jovens e pensar a segurança pública pela visão da esquerda.
- 87% da população brasileira é a favor da redução da maioridade penal, apoiada pela parte da mídia mais conservadora.
- Em 2012, dos 30 mil assassinatos, 70% eram de jovens negros.
- Há uma ausência de elementos subjetivos que constituem a identidade de cada jovem (Ex: alguns não sabem a própria data de aniversário. “Se está morto ou não tanto faz”).
- Estado constantemente nega os direitos aos jovens e os pune com instituições que não têm condições de restabelecê-los em uma vida de liberdade: o Estado é duplamente punitivo.
- Mesmo a esquerda está atrasada na discussão sobre segurança pública: há um vácuo sobre o tema.

Apoio:



Realização:





- Na cidade de São Paulo, a Guarda Civil Metropolitana é armada e recebe reclamações de abuso do uso da força.
- O índice de reincidência ao crime dos ex-presos é muito alto: 70%. E 60% dos presos no Brasil ainda não passaram por julgamento.
- As penas são mal aplicadas: muitas poderiam ser resolvidas com regimes semi-abertos, por exemplo.
- Há um mito de que existe impunidade no Brasil.
- A questão da Segurança pública passa por uma reforma do Sistema Judiciário.
- A questão racial é primordial nessa temática de encarceramento: há racismo institucional.
- 60% dos meninos internados da Fundação Casa são por causa do tráfico de drogas o que mostra uma Guerra contra as Drogas realizada pelo Estado.

CONCLUSÕES DESSA MESA

1. Solidariedade internacional e adesão à Campanha Nacional contra a Redução da Maioridade de Penal da SNJ. Declaração de apoio das cidades da Rede pode fortalecer a campanha.
2. Existe falta de informação da população sobre o tema: a informação ainda é muito manipulada por poucos meios conservadores.
3. A Juventude é VÍTIMA da violência e não autora.
4. É necessário analisar de fato de onde vêm os problemas/raiz do problema da Segurança (todo o contexto).

Apoio:



Realização:





5. Necessário promover uma agenda de garantias de direitos dos(as) jovens e aprofundar as políticas inclusivas (no lugar de uma agenda de repressão e punição).

Apoio:



Realização:





Reunião de Trabalho II: **ENCAMINHAMENTOS E INÍCIO DA ORGANIZAÇÃO DA REUNIÃO DA UT NA CÚPULA EM NOVEMBRO DE 2015 EM SÃO PAULO**

- Devido ao baixo número de cidades representadas achamos que não seria tão produtivo começar a organizar a Cúpula de São Paulo nesse encontro.
- Pergamino, contudo, informou que gostou da organização da última Cúpula em Rosário (discussão de eixos temáticos amplos nas UTs).
- Pensamos que “Direito à Cidade” e “Pensar os direitos nas Cidades” podem ser temas fortes para o próximo ano.

Apoio:



Realização:

